

FABIO LUIZ RINCOSKI

**OS EFEITOS DA IMPUNIDADE NOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE:
UMA REFLEXÃO SOBRE OS CRIMES COMETIDOS POR
ARMA DE FOGO**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégias em Segurança Pública.

Orientador: Tenente Coronel Carlos Henrique Dias Bozza

Orientadora de Metodologia: Professora Doutora Helena de Fátima Nunes Silva

CURITIBA
2008

Dedico aos meus pais e irmã, Lourival, Claudete e Lenice; À minha esposa, filhos e neta, Solange, Fernanda, Tiago e Samara, inspiradores da minha busca pelo conhecimento e evolução profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a todos aqueles cuja colaboração foi imprescindível para a realização desta empreitada;

Agradecimentos à Professora Doutora Helena de Fátima Nunes Silva e ao Tenente Coronel QOPM Carlos Henrique Dias Bozza, meus orientadores de metodologia e de conteúdo, respectivamente, cuja participação foi fundamental para a conclusão do trabalho;

Ao Comandante Geral da PMPR, Sr. Coronel QOPM Anselmo José de Oliveira e Sr. Coronel QOPM Amaro do Nascimento, mui digno Comandante do Policiamento do Interior.

Ao senhor Coronel QOPM Joacyr José da Silva, Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê e Coordenador do Curso Superior de Polícia/2008;

Aos oficiais e praças da APMG, professores e colegas de curso, com os quais o convívio também é aprendizado.

"A lei não pode forçar os homens a serem bons; mas pode impedi-los de serem maus."

Anônimo

RESUMO

Pesquisa abordando a restrição do porte de armas e sua relação com a impunidade e a criminalidade, já que tem sido comum atribuir os índices de criminalidade no Brasil à ineficácia do Código Penal brasileiro diante da evolução do tempo e da criminalidade. O Brasil é um dos países que conta com as melhores legislações penais do planeta, em que existem previsões de penas para crimes hediondos, tortura, meio ambiente, lavagem de dinheiro, interceptação de comunicação telefônica, furto e roubo de automóveis, receptação, remoção de órgãos, tráfico de crianças e de entorpecentes, porte de arma, crimes de trânsito, defesa do consumidor, crimes contra a ordem tributária, crime organizado, proteção de testemunhas, Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar de tudo isso, os crimes graves, como homicídio qualificado, seqüestro para fins de extorsão e latrocínio são considerados hediondos e passíveis de duras penas. A falta de credibilidade na segurança pública, elevados índices de corrupção, excesso de trabalho atribuído ao judiciário, que acarreta a morosidade da justiça, acabam sendo confundidos com tolerância e falta de legislação mais punitiva. Criminalidade é fruto de muitas tentativas de interpretações, tais como pobreza, má distribuição da renda, tráfico de drogas e de armas, quando o problema pode estar mesmo centrado na falta de estrutura da polícia e do judiciário, além de um processo de ressocialização de presos nas penitenciárias do país. É comum a associação do emprego de armas de fogo com a violência, o que não deixa de ser verdadeiro, já que a maioria dos crimes é perpetrada com o seu uso, como forma de intimidar as vítimas. Duas correntes de pensamento a respeito do porte de armas são confrontadas. O questionamento do desarmamento da população brasileira fica por conta daqueles que defendem a lei e dos que dissociam o porte de armas por pessoas de bem, que as adquire nas lojas especializadas de forma legal, dos marginais que pouco se importam com a lei, já que adquirem as armas sempre de forma ilegal e continuam cometendo crimes. No presente trabalho será abordada a literatura brasileira sobre o tema, sua evolução histórica dentro do sistema punitivo brasileiro e a problemática da fragilidade do sistema carcerário nacional em contrapartida a proteção dos direitos do detento, será, também, realizada uma reflexão sobre os delitos que envolvem o porte e uso de arma de fogo, e seus conseqüências em face da impunidade.

Palavras-chave: Criminalidade. Impunidade. Porte de arma

ABSTRACT

Research approaching the restriction of the load of weapons and his/her relationship with the impunity and the criminality, since it has been common to attribute the criminality indexes in Brazil to the inefficacy of the Brazilian Penal code due to the evolution of the time and of the criminality. Brazil is had as one of the countries that counts with the best penal legislations of the planet, in that forecasts of feathers exist for vile crimes, it tortures, environment, money launder, interception of phone communication, I steal and robbery of automobiles, fenced, removal of organs, children's traffic and of narcotics, weapon load, crimes of traffic, the consumer's defense, crimes against the tax order, organized crime, protection of witness, Statute of the Child and of the Adolescent. In spite of everything that the serious crimes, as qualified homicide, I kidnap for extortion ends and armed robbery hard vile and susceptible to feathers are considered. The credibility lack in the safety public, high indexes of corruption, work excess attributed to the judiciary, that it carts the slowness of the justice, they end being confused with tolerance and lack of more punitive legislation. Criminality is fruit of a lot of attempts of interpretations, such as poverty, bad distribution of the income, drug traffic and of weapons, when the problem can be even centered in the lack of structure of the police and of the judiciary, besides a process of prisoners' resocialization in the prisons of the country. It is common to association of the job of firearms with the violence, what doesn't stop being true, since most of the crimes is perpetrated with his/her use, as form of intimidating the victims. Two currents of thoughts regarding the load of weapons are confronted. The question of the disarmament of the Brazilian population is due to those that defend the law and of the ones that they dissociate the load of weapons for people of well, that he/she acquires them in the specialized stores in a legal way, of the marginal that little they care with the law, since they acquire the weapons always in an illegal way and they continue committing crimes. In this work will be addressed to Brazilian literature on the subject, its historical evolution within the system and the issue of punitive Brazilian fragility of the national prison system in return for protection of the rights of the prisoner, will also be held a discussion on the irregularities involving the carrying and use of a firearm, and their consequence in the face of impunity.

Wordkeys: Criminality. Impunity. Carry of weapon

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PERÍODO QUE O CRIMINOSO PERMANECE PRESO NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS, ATÉ QUE OBTENHA ALGUM BENEFÍCIO	40
QUADRO 2 – TENDÊNCIA DE ÓBITOS POR ARMA DE FOGO NO BRASIL RESULTANTES DE HOMICÍDIO (2002 – 2004)	44
QUADRO 3 – TENDÊNCIA DE ÓBITOS POR ARMA DE FOGO NO BRASIL RESULTANTES DE ACIDENTES (2001 – 2004)	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMG	- ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
BPM	- BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
CPI	- COMANDO DO POLICIAMENTO DO INTERIOR
IBGE	- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
LEP	- LEI DE EXECUÇÃO PENAL
OMS	- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
ONG	- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ONU	- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PM	- POLÍCIA MILITAR
PMPR	- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
PR	- PARANÁ
UFPR	- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
2 METODOLOGIA.....	17
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	17
2.2 COLETA DE DADOS	17
2.3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	17
3 LITERATURA PERTINENTE	18
3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA PUNITIVO PELA PRÁTICA DE DELITOS	18
3.1.1 A execução penal brasileira e os direitos dos presos	27
3.2 CRIMINALIDADE E IMPUNIDADE	33
3.3 CRIMES COMETIDOS POR ARMA DE FOGO – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTE E USO DE ARMAS DE FOGO	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

A violência no planeta não é um fenômeno recente ou isolado. Ela é recorrente e sistemática, bastando um retrocesso à época do colonialismo, em que se registra no Brasil o genocídio indígena e a escravidão, geradores de violência que se prolonga até a atualidade e com tendência a continuar, desde que o ser humano continue a não respeitar a diferença dos outros.

A criminalidade, sob todas as formas, vem se multiplicando no cotidiano da população. Assaltos, homicídios, tráfico de entorpecentes, seqüestros e rebeliões freqüentes em presídios brasileiros têm sido uma constante, contribuindo para a manifestação de um clima de insegurança e medo entre a população, causando um sentimento de impotência tal, que chega a faltar a auto-estima e a causar a desintegração social e econômica, além da desmoralização do Estado.

Rotineiramente são apresentadas inúmeras propostas objetivando minimizar o quadro da violência no país. Enquanto, de um lado, pobres miseráveis são condenados pela prática de crimes famélicos, de outro, os mais abastados conseguem manter-se em liberdade por conta de artimanhas jurídicas por parte de advogados que conhecem e bem exploram as lacunas na legislação vigente.

Com o advento da Constituição Federal, em 1988, renasceu a esperança de um país livre, onde o cidadão passaria a gozar de direitos e garantias fundamentais, vigorando como princípios básicos e objetivos do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional e, em prol da sociedade, a erradicação da pobreza e marginalização, prometendo o bem-estar de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, religião, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Embora o legislador tenha sido pleno na elaboração da Carta Magna da nação, nesses últimos vinte anos a criminalidade vem aumentando vertiginosamente. A que se deve esse aumento da criminalidade?

O mais comum é culpar o Código Penal brasileiro, tido como ineficaz diante da evolução dos tempos. Ocorre que o Brasil possui atualmente uma das maiores legislações penais do mundo, bastando verificar a existência de crime ou contravenção para tudo: crimes hediondos, tortura, meio ambiente, lavagem de dinheiro, interceptação de comunicação telefônica, furto e roubo de automóvel, receptação, remo-

ção de órgãos, tráfico de crianças, porte de arma, tráfico, porte e uso de substância entorpecente, crimes de trânsito, defesa do consumidor, crimes contra a ordem tributária, crime organizado, proteção de testemunhas e Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras. Crimes graves, tais como homicídio qualificado, seqüestro para fins de extorsão e latrocínio, ainda são considerados hediondos, com previsão de severas penas.

Por que, com uma legislação tão abrangente, ocorre esse aumento da criminalidade? As razões são muitas. Genericamente, o que se pode dizer é que o sistema criminal não funciona, da polícia até a execução da pena.

Constata-se uma falta generalizada de credibilidade na segurança pública, a desconfiança e o medo da população que ignora o que verdadeiramente é de responsabilidade da polícia, somado à deficiência de estrutura para proporcionar um serviço de qualidade.

O Estado monopoliza e controla administrativamente a saúde, a educação e a segurança pública, esta última mediante suas forças policiais. Entretanto, é visível a fragilidade no seu poder punitivo, formado por uma polícia conflitante (polícia militar, civil, federal, portuária, entre outras), o que contribui para que a maioria dos delitos acabem não sendo suficientemente investigados, gerando a oportunidade de se criar alternativas de defesa que frustram a adequada aplicação da lei.

Não obstante a carga tributária imposta ao brasileiro, assim mesmo o Estado deixa evidenciada a obscuridade na administração dos recursos obtidos, refletindo na ausência de investimentos suficientes na área de segurança pública e no judiciário. À criminalidade oriunda dessa falta de investimento, soma-se aquela gerada nos meios políticos, na sua maioria impune. Essa omissão do poder público vem gerando, ao longo do tempo, um clima de pânico na sociedade, além de permitir a proliferação do crime organizado e a criação de milícias privadas.

Como se torna parte inerente à sociedade, a criminalidade dentro de certos parâmetros vem sendo considerada um processo habitual dentro dela. Porém, quando se desvia dos padrões do comportamento da maioria dos homens, mesmo sendo comum na sociedade até determinados limites, o crime significa uma anormalidade, quando comparado com os demais comportamentos humanos.

São comuns as explicações óbvias e conformistas para o aumento da violência no Brasil, entre elas a pobreza, má distribuição da renda, desemprego, tráfico de drogas e de armas, quando, na realidade, o problema pode estar mesmo centrado

na falta de policiais e de recursos materiais, baixos salários, cadeias e presídios superlotados e praticamente nenhum trabalho eficaz na ressocialização de presos, que na sua maioria deixam a prisão mais revoltados e profissionalizados, já que criminosos primários convivem entre homicidas e psicopatas em verdadeiros depósitos de presos, em que chegam a se amarrar em lençóis presos às grades para dormir em pé, por falta de espaço no chão.

Uma pesquisa realizada com juízes brasileiros concluiu que as maiores causas da violência são: a má distribuição de renda, corrupção na administração pública, ineficácia do sistema prisional e o excesso de processos a serem julgados pelos juízes. A segunda mais votada foi o despreparo do Legislativo para formular leis, seguida de leis mal formuladas e falta de efetivação da Lei de Execução Penal. A morosidade no julgamento de processos foi a quinta mais votada, entre causas relacionadas a questões legais e judiciais (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL, 2003).

O que se presencia freqüentemente no Brasil de hoje é o criminoso ser julgado, condenado, encarcerado e libertado por boa conduta, jamais cumprindo a totalidade da pena. A isso, soma-se o fato de que normalmente o detento não passa por nenhum processo de ressocialização e, liberto, sofre rejeição da sociedade e acaba sujeito à prática de mais crimes e, desta feita, mais violentos, visto que passou por aperfeiçoamento na prisão.

O poder judiciário não tem força investigativa e o Ministério Público tem conseguido muito pouco nessa área, ambos são minados por forças políticas ocultas; enquanto isso, a sociedade amarga a imposição agressiva ao seu patrimônio e à integridade física. Assim, a impunidade vai prevalecendo cada vez mais.

Por outro lado, no Brasil, um criminoso que ceifa uma vida para roubar pode ser condenado à pena máxima de 30 anos, sentindo-se à vontade para a prática de outros crimes, já que sabe que não será condenado a mais tempo de prisão. Em países desenvolvidos a prática penal mostra que os crimes contra a vida são punidos com pena perpétua, cumpridas em presídios onde o rigor é máximo.

A realidade brasileira mostra que a pena perdeu a sua finalidade retributiva e preventiva, ou seja, não pune adequadamente o autor de um delito e muito menos intimida quem quer que seja. Nestas circunstâncias, impera a sensação de impunidade e que o crime compensa.

Outro aspecto a ser considerado é a atuação dos meios de comunicação social, cujo apelo comercial do crime é tão grande que normalmente aqueles que exploram a violência do cotidiano são líderes em audiência, gerando um círculo que, de tão vicioso, suscita a dúvida se a imprensa mantém seu foco no tema porque a violência vende ou se a violência vende porque a mídia se foca demasiadamente no tema.

Digno de exame mais profundo também é o aumento do índice de crimes praticados por menores de idade, os quais desfrutam de regalias perante a legislação que os ampara. São várias as opiniões no sentido de que esse amparo legal é um dos geradores de impunidade, uma vez que adultos perpetram crimes e menores de idade assumem a culpa, conhecedores que são dos benefícios da lei.

Diante disso, cogita-se a diminuição da maioridade penal como remédio jurídico para acabar com a impunidade, caso não diminuísse o índice de crimes perpetrados por menores de idade. Entretanto, o entendimento reside no fato de que aumentar penas e diminuir maioridade penal não sejam as soluções viáveis. Há que se pensar na celeridade do processo penal, cuja morosidade é fruto da falta de juízes. Essa morosidade processual possivelmente esteja fortemente relacionada com a impunidade no Brasil.

Andrich (2007), pesquisando dados sobre homicídios registrados em Curitiba/PR, constatou que de cada dez casos registrados, apenas três chegam ao tribunal e apenas um deles acaba em condenação, além do que, apenas 8% dos casos registrados são solucionados, daí resultando a impunidade.

Comumente a violência é associada ao emprego de armas de fogo, outro aspecto a ser discutido, já que desperta considerações de vários estudiosos do tema.

É fato que o índice de criminalidade tenha como aliado o emprego de armas de fogo, já que a maioria dos crimes é praticada mediante o emprego destas, como importante ferramenta de intimidação das vítimas.

Paralelo à violência com emprego de arma de fogo, é oportuno traçar considerações sobre seu porte e uso, por efeito da Lei nº. 10.826/2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, considerando aspectos observados por estudiosos como positivos ou negativos.

É essencial a análise do direito ou não de a sociedade ter posse de arma como uma medida de proteção contra atos de violência a que está sujeita, mesmo por-

que, para todos os fins existe o Estado que, com seus órgãos de segurança pública, deve estar atento para esse processo, contribuindo para o bem-estar da população.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Atualmente no Brasil as discussões em torno do aumento dos índices de criminalidade são abundantes. Enquanto alguns estudiosos do tema entendem que o recrudescimento da violência está intimamente ligado a problemas sociais (educação, desemprego, miséria, etc.), outros acusam o Estado de omissão para com a segurança pública (falta de policiais, baixos salários e despreparo, entre outros).

Também são dignas de consideração as correntes que defendem aumento das penas e da redução da maioria penal como forma de conter a violência, além da celeridade no processo penal, tido como demasiadamente moroso e contributivo para a impunidade.

Violência é tema que comumente vem acompanhado de emprego de arma de fogo para sua configuração, outro aspecto digno de discussão, já que no Brasil vigora atualmente legislação específica objetivando desarmar a população, presumindo-se que sua aplicação poderá conter a sua disseminação. Outro aspecto a ser questionado no presente estudo é se efetivamente a legislação contribuiu para a diminuição do índice de criminalidade.

Estaria a impunidade exercendo efeitos nos índices de criminalidade? Existe relação entre o desarmamento da população e a diminuição dos crimes ou as armas continuam sendo empregadas por delinquentes que as adquirem ilegalmente e não se importam com a legislação, ficando cidadãos de bem à mercê de mais violência?

1.2 OBJETIVOS

O estudo tem como objetivo geral examinar os efeitos da impunidade nos índices de criminalidade, enfatizando os crimes cometidos pelo emprego de arma de fogo, bem como reproduzir opiniões divergentes sobre seu porte e uso frente à legislação em vigor. Como objetivos específicos a pretensão é:

- a) estabelecer relação entre impunidade e índices de criminalidade;
- b) equiparar índices de criminalidade com emprego de arma de fogo;
- c) discutir o porte e uso de arma de fogo, paralelamente ao Estatuto do Desarmamento.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo, assim como outros vários realizados, indubitavelmente, será contributivo para se somar às discussões em torno da impunidade, já que existem várias contradições sobre sua origem. Os geradores da impunidade são merecedores de atenção da população, dos legisladores, promotores, juízes e policiais.

Discutir a impunidade no Brasil é um tema relevante, sendo que o momento histórico do país nas comunidades ou no meio político demanda uma interpretação profunda sobre medidas que podem e devem ser tomadas; caso contrário, o país poderá viver um verdadeiro caos social em pouco tempo.

Traçar um comparativo entre o índice de criminalidade e os crimes praticados por emprego de arma de fogo também se justifica, já que poderão ser apresentadas opiniões de vários segmentos da sociedade, relativas ao porte e uso de arma de fogo, tendo como parâmetro o chamado Estatuto do Desarmamento.

2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido no campo de confronto de idéias, valendo-se de pesquisa bibliográfica, que se apresenta como um estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais publicados em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é caracterizada como bibliográfica em sua finalidade, pois se concentra na interpretação e discussão das informações publicadas por diversos estudiosos sobre a impunidade, índices de criminalidade, crimes cometidos por armas de fogo e a legislação vigente sobre o porte e uso de arma de fogo no Brasil.

2.2 COLETA DOS DADOS

Os dados foram coletados a partir de obras publicadas pelos autores referenciados, notadamente aqueles especializados nos temas criminalidade, impunidade e porte e uso de arma de fogo. Foi também elaborado levantamento bibliográfico entre publicações jornalísticas atuais, revistas especializadas do tema tratado e *sítes* disponibilizados através da rede mundial de comunicações (*internet*).

2.3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados encontram-se fundamentados na releitura do material bibliográfico referenciado e na interpretação e análise da opinião manifestada pelos estudiosos do tema, buscando uma reflexão sobre o problema de pesquisa apresentado, relativamente à literatura explorada

3 LITERATURA PERTINENTE

A revisão bibliográfica constituiu-se de uma abordagem sobre o sistema punitivo pela prática de delitos, os índices criminais, com ênfase aos praticados por arma de fogo, por meio da fácil circulação destas para o provimento ao contingente criminal, resultando nestes a sensação da impunidade, motivo pela elevação dos índices criminais.

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA PUNITIVO PELA PRÁTICA DE DELITOS

Na era primitiva, vivia-se em um verdadeiro caos social. Não havia justiça e nem Estado e as penas dos delitos praticados tinham por base a vingança privada. Quando um crime era cometido, não só a vítima reagia, como também seus familiares e toda a sua tribo e, tomados por um desmedido desejo de vingança, eram extremamente cruéis contra o ofensor e todo seu grupo. A vingança era concebida como obrigação religiosa e sagrada, cujos resultados eram as guerras, que teriam por desfecho o extermínio completo de um dos grupos (BACCARIA, 2004).

A partir do fim do período da vingança privada e da transferência do poder de punir para o Estado é que a história da pena começou a percorrer fases, como o Iluminismo (quando surgiu uma forte reação às penas cruéis) e as discussões da pena privativa de liberdade nos dias atuais. Todavia, Zaffaroni e Pierangeli (2002, p. 180) não hesitam em afirmar que: "no plano real, o caminho não é tão linear nem evolutivo, e sim uma luta permanente e constante; e que vingança privada, vingança pública e tendências humanitaristas são termos que encontramos em todas as épocas".

A Antiguidade desconheceu totalmente a privação de liberdade, estritamente considerada sanção penal. Mesmo havendo o encarceramento de delinquentes, este não tinha caráter de pena, e sim de preservar os réus até seu julgamento ou execução. A prisão surgiu como forma de sanção em meados do século XVIII, tendo sua

origem na Igreja, para quem, desde os seus primeiros tempos a pena devia servir para a penitência e reflexão. Foi na Idade Média que a igreja inovou, ao castigar os monges rebeldes ou infratores com o recolhimento em locais denominados penitenciários, ambientes austeros, cuja finalidade era favorecer o espírito ao arrependimento.

Segundo Miotto (1992, p. 25), “data da Antiguidade a obrigação de restituição e reparação do dano, denotando preocupação com a vítima não dispensava o peca-dor (delinqüente) da pena, e certamente havia de contribuir para ele se propor a não reincidir, a se emendar”.

Para Barros (2001, p. 25), “a história da pena confunde-se com a própria história do direito penal”.

Limongi (2001, p. 115) relata que:

O direito de punir se desenrola em três momentos: o primeiro, quando do mandamento do legislador para que o destinatário da norma se abstenha de praticar o ato tipificado como crime, sob pena de sanção; o segundo momento, quando a norma penal é desrespeitada, gerando o direito do Estado à persecução penal, na busca de dar efetividade à ameaça antes genérica; no terceiro momento, se sobrevier ao fim do processo penal uma condenação, surge o direito à execução desta sanção. Este último momento, na verdade, é a concretização da vontade do legislador, pois não basta a imposição da pena; é preciso que seja ela efetivamente cumprida.

Entretanto, nem sempre a penalização se caracterizou como descrito por Limongi. A origem da aplicação de uma pena como reação a condutas consideradas criminosas está ligada à própria condição humana.

A primeira forma de pena e sua primeira justificação trazem em si a idéia de vingança como reação natural e instintiva a qualquer perturbação que lhe seja provocada. Num segundo momento de formação histórica da sociedade a pena passou a ser associada aos aspectos religiosos dos clãs e tribos, havendo estreita ligação entre crenças e punições, passando o crime a ser visto como uma ofensa aos deuses, capaz de fazer recair sobre o grupo as mais nefastas conseqüências. A aplicação de determinadas penas aos ofensores era considerada como reação social, como forma de reparação às divindades, a fim de evitar que sua ira recaísse sobre o conjunto da comunidade (FAYET JÚNIOR, 1998).

Em 1764, o literato, filósofo, economista e jurista Cesare Beccaria¹ defende a humanização da ciência penal, por considerar que a finalidade da pena não era a de exercer crueldades inócuas, utilizando o instrumento do furor, do fanatismo e da covardia. O autor acreditava que o fato de afligir o culpado não iria desfazer o delito já cometido, sendo o propósito da pena o de impedir que o réu causasse novos danos aos seus concidadãos, bem como demover outros a agir do mesmo modo.

Para Beccaria (2004, p. 49), “entre as penalidades e no modo de aplicá-las proporcionalmente aos delitos, é necessário, portanto, escolher os meios que devem provocar no espírito público a impressão mais eficaz e mais durável e, igualmente, menos cruel no corpo do culpado”.

Ressalta ainda Beccaria (2004, p. 50) que:

A crueldade das penalidades provoca ainda dois resultados funestos, contrários à finalidade do seu estabelecimento, que é prevenir o delito. Em primeiro lugar, é muito difícil estabelecer uma proporção entre os delitos e as penas; porque, ainda que uma crueldade industriosa tenha aumentado as espécies de tormentos, nenhum tormento pode ir além do último grau da força humana, limitada pela sensibilidade e a organização do corpo do homem. Ultrapassando esses limites, se aparecerem crimes mais hediondos, onde se encontrarão penas bastante cruéis? Em segundo lugar, os tormentos mais terríveis podem provocar às vezes a impunidade. A energia da natureza humana é circunscrita no mal como no bem. Espetáculos muito bárbaros só podem ser o resultado dos furores passageiros de um tirano, e não ser sustentados por um sistema constante de leis. Se as leis são cruéis, ou serão modificadas logo ou não poderão mais vigir e deixarão o crime sem punição.

Embora não tenha sido preso como Beccaria e Thoreau, em função das agitações praticadas contra as injustiças processuais criminais da época, Pietro Verri foi o autor de outro grande texto combatendo a tortura e a violência estatal em relação à aplicação das penas.

¹ Cesare Bonesana (Marquês de Beccaria) nasceu em Milão e estudou em Parma e em Pádua. Educado em Paris pelos jesuítas, entregou-se com verdadeiro entusiasmo ao estudo da literatura e da matemática. Complementando a sua vasta educação, leu as obras de Montesquieu e Helvétius, principalmente *Lettres Persanes* e *L'Esprit*; envolveu-se nas principais correntes de pensamento do século XVIII, fazendo que praticamente todas as suas atenções se voltassem para o estudo da filosofia. Foi um dos fundadores da sociedade literária que se formou em Milão e que, com grande inspiração no pensamento de Helvétius, divulgou os novos princípios da filosofia francesa. Outrossim, afim de divulgar na Itália as idéias novas, Beccaria fez parte da equipe de redação do jornal *IL Caffé*, influente de 1764 a 1765. Nesse ínterim, insurgindo-se contra as injustiças dos processos criminais da época, Beccaria começou a agitar com os seus amigos, entre eles os irmãos Pietro e Alessandro Verri, os complexos problemas correlacionados. Dessa forma, com apenas 26 anos publica, em 1764, o seu precioso livro *Dos Delitos e das Penas*, preconizando um novo sistema de Direito Penal, com a abolição das torturas e outras penas desumanas vigentes no seu tempo.

Verri (1992) narra o processo dos untos, em que inocentes foram presos sob acusação de terem alastrado a peste na cidade de Milão, no ano de 1630, e depois de seguidas torturas acabaram confessando os *crimes* relacionados aos ungüentos pestilentos (líquidos que seriam elaborados pelos criminosos, com a finalidade de alastrar a peste).

Entretanto, muito antes das obras de Beccaria, Thoreau e Vetri criticando o autoritarismo e a violência, o que se vê ao longo da História é que nem sempre as penas tiveram o fim preconizado por eles em suas famosas obras. Os fatos registrados são inúmeros e mostram que o sistema punitivo praticado pelos homens desde os primórdios da humanidade foram muito mais voltados ao puro sadismo do que qualquer pretensão de punir criminosos.

A forma de vingança praticada pelos grupos tribais, quando da ocorrência de crimes poderia gerar a dizimação dos povos e, com o intuito de evitar esse acontecimento é que surge a Lei de Talião², como uma regulamentação da vingança privada, limitando a reação à ofensa a um mal idêntico ao praticado, como uma justa compensação (FARIAS, 2006).

Desde os tempos mais remotos a Igreja já mantinha locais de recolhimento para quem desejava aperfeiçoar-se, neles se retirando a fim de fazer penitência voluntária. Esses locais que deram origem aos mosteiros e conventos, eram chamados penitenciais, os quais, apesar de mais antigos, também coexistiram com os penitenciários, divergindo daqueles com relação à voluntariedade. Enquanto os penitenciais eram destinados aos religiosos que desejavam se penitenciar, sendo o recolhimento voluntário, visando ao aperfeiçoamento do indivíduo, nos penitenciários, cujas evoluções resultaram nas prisões, eram destinados ao recolhimento compulsório de monges e condenados que, além de cumprirem a pena ficavam orando e se penitenciando. Pretendia-se, dessa forma, que as pessoas se reconcilhassem com Deus, reconhecendo os próprios pecados e propondo-se a não mais incorrer neles.

O encarceramento dos criminosos foi adotado como um sentido custodial, mesmo porque era mais comum se recorrer à pena de morte, às penas corporais e às infamantes.

² A Lei do talião (do latim Lex Talionis: lex: lei e talis: tal, parêlo) consiste na justa reciprocidade do crime e da pena. Esta lei é freqüentemente simbolizada pela expressão olho por olho, dente por dente. É uma das mais antigas leis existentes e seus primeiros indícios foram encontrados no Código de Hamurabi (1730 a.C.) no reino da Babilônia. Essa lei permitiu evitar que as pessoas fizessem justiça elas mesmas, introduzindo, assim, um início de ordem na sociedade, com relação ao tratamento de crimes e delitos.

Segundo Bitencourt (2003), até fins do século XVIII, a prisão serviu somente aos objetivos de contenção e guarda dos réus, para preservá-los fisicamente até o momento de serem julgados ou executados. Durante vários séculos a prisão serviu de contenção nas civilizações mais antigas (Egito, Pérsia, Babilônia, Grécia, entre outros) e sua finalidade era lugar de custódia e tortura.

Costa (1999, p. 14) relata que:

[...] na Grécia antiga, costumava-se encarcerar os devedores até que saldassem suas dívidas, servindo a prisão para impedir que fugissem até o pagamento de seus débitos, bem como para garantir sua presença nos tribunais. Os devedores que não conseguissem saldar suas dívidas eram entregues aos credores para serem vendidos como escravos, fora da cidade.

Em Roma, havia um processo de caráter solene e formalista que consistia em uma verdadeira execução pessoal, ou seja, no aprisionamento do devedor por parte do credor. Naquela época a prisão era efetuada num ambiente denominado *ergastulum*. Elucida Cretella Júnior (1980, p. 20):

O magistrado autoriza o credor a deitar a mão sobre o devedor e levá-lo preso, caso não pague a quantia devida, imediatamente, quando tal soma é reclamada oralmente. Se a dívida não é paga nos 60 dias posteriores à *manus injecto*, o devedor pode ser morto ou vendido *trans Tiberim* como escravo.

Não havia uma arquitetura penitenciária própria e os acusados eram mantidos presos até a celebração do julgamento em torres, calabouços, conventos abandonados, aposentos em ruínas insalubres de castelos, palácios e outros edifícios (2003).

Carvalho Filho (1991, p. 65) traça um diferencial entre as prisões na Antiguidade, aludindo aos presos comuns e aos cortesãos:

Nos sombrios calabouços, muitas vezes sem janela, a iluminação era precária. Os presos ficavam em corredores escuros, que em alguns períodos do ano, eram invadidos pela água de chuva. Para entrar nesses corredores estreitos o encarcerado era obrigado a rastejar, pois não podia ficar em pé. Para as bastilhas eram enviados os cortesãos, às vezes, por pecadilhos ou apenas o tempo necessário para acalmar o ímpeto de uma insolência. Todo encarceramento na Bastilha dependia do arbítrio do rei, por meio de ordens régias. Não se mencionava o motivo das prisões. A pensão que o rei pagava ao governador permitia ao nobre prisioneiro desfrutar de um quarto espaçoso e aquecido e de refeições abundantes e saborosas, com duas garrafas de vinho para o almoço.

As regalias que os nobres obtinham quando presos assemelhavam-se a uma vida em um hotel de luxo ou um paraíso, visto que a maior parte da população pas-

sava por grandes necessidades (às vezes até fome). Esse tipo de punição não condizia com a realidade daquela época, mostrando que muito pouco mudou em relação aos dias atuais, quando se fala em punição para as camadas mais abastadas da sociedade, notadamente a brasileira.

A primeira instituição penal na Antigüidade foi o Hospício de San Michel, em Roma, destinado primeiramente a encarcerar meninos incorrigíveis e recebia a denominação de Casa de Correção. Platão propunha o estabelecimento de três tipos de prisões: uma na praça do mercado, que serviria de custódia, outra na cidade, que seria prestável à correção e uma terceira, destinada ao suplício. A prisão, para Platão, apontava duas idéias: como pena e como custódia.

Segundo Foucault (2005), as penas na Idade Média estavam submetidas ao arbítrio dos governantes, que as impunham em função do *status* social a que pertencia o réu. A amputação dos braços, forca, roda e guilhotina constituíam o espetáculo favorito das multidões daquele período histórico. As penas variavam de acordo com os costumes, a natureza dos crimes e especialmente do *status* do condenado. A proporcionalidade existente entre crime e castigo atendia menos à gravidade do delito do que à condição social. Era possível aos mais abastados pagar seus crimes com bens e moedas, sem contar que as penas atribuídas a um mesmo delito eram menos rigorosas, desde que o ofensor fosse da classe referida, assim como seria mais rigorosa se o ofendido fosse um nobre e o ofensor uma pessoa do povo.

A pena caracterizava-se em um espetáculo, em que o corpo do condenado era esquartejado, amputado, marcado a ferro quente e queimado. Tais castigos eram realizados em locais públicos, servindo de diversão e advertência àqueles que assistiam. Demonstrava todo o poder do soberano no ato de castigar e toda a fragilidade daquele que ousou infringir as regras de comportamento. O espetáculo geralmente terminava com uma grande fogueira, na qual eram queimados os restos do condenado (FOUCAULT, 2005).

A Idade Média também se utilizou das *ordálias* ou juízos de Deus, que consistia no emprego de meios de prova extremamente desumanos, pelos quais competia tão-somente ao juiz presenciar a experiência e logo em seguida publicar o resultado. Com as *ordálias* pretendia-se que Deus descesse à terra e verdadeiramente julgasse os homens. Existiam vários tipos de provas.

Tourinho Filho (1999, p. 350) explica que: "havia o juízo da água fria, do ferro em brasa, do *judicium offae* e *quejandos*. Segundo a prova do *judicium offae*, o réu

devia engolir, de uma só vez, grande quantidade de alimento, notadamente farinha de trigo. Se não o fizesse seria tido como culpado".

Somente na Idade Moderna é que a prisão pôde efetivamente ser encarada como uma espécie de sanção a ser aplicada àqueles que praticassem fatos definidos como crime. O encarceramento passa a se apresentar como prisão-pena, perdendo o caráter de prisão-custódia.

O grande avanço se deu na Europa dos séculos XVI e XVII, notadamente na França e Inglaterra, quando a decadência econômica, a indefinição quanto ao modelo novo de economia frente à decadência feudal, o desenvolvimento dos centros urbanos e o desmesurado crescimento populacional deram origem a uma quantidade sem tamanho de desocupados que levavam a vida à custa de esmolas, roubos e tantas outras atitudes ilícitas.

Os acontecimentos na Europa funcionaram como molas propulsoras para o incremento das penas privativas de liberdade. A partir daí surgiriam as primeiras prisões organizadas, com a finalidade de conter a população de marginalizados sem se utilizar as penas anteriormente aplicadas, entre elas a de morte, muito embora a Inglaterra tenha se utilizado do açoite, do desterro e da execução até fins do século XVI (MEIRELLES, 2004).

Ressalta Bitencourt (2003, p. 34) que:

Na realidade, vários fatores influenciaram na transformação da prisão-custódia em prisão-pena. Dentre eles, uma maior valorização da liberdade, a imposição progressiva de racionalismo, a desordem e mudança sócio-econômica advinda com a passagem da Idade Média para Moderna, produzindo, como consequência, o aparecimento de indigentes e miseráveis que por ausência de trabalho se viam obrigados a pedir e praticar crimes. A crise da pena de morte e seu desprestígio também se constituíram em fatores expressivos para criação de uma nova modalidade de sanção penal - a pena privativa de liberdade.

Os primeiros estabelecimentos penais organizados surgiram nas mais diversas localidades da Europa, como as *houses of correction* ou *bridwells* e *Workhouse*, situados na Inglaterra, que tinham por finalidade a reforma do delinqüente mediante o trabalho e a disciplina. Em Amsterdam, no ano de 1596, foram criadas casas de correção para homens, denominadas de *Rasphuis*; em 1597, outra prisão para mulheres (*Spinhis*); em 1600, uma própria para jovens (BITTENCOURT, 2003).

Segundo Foucauld (2005), no período clássico formaram-se alguns dos grandes modelos de encarceramento punitivo que se valiam do mecanismo da correção

pedagógica do indivíduo com aplicação de horários estritos, estabelecimento de um sistema de proibições e obrigações, vigilância constante, aconselhamentos e leituras espirituais, com o propósito de desviar os presos do mal.

Rudnicki (1999, p. 545), aludindo à vida na instituição prisional, comenta que:

Lugares destinados à detenção de acusados ou culpados sempre existiram. A Torre de Londres ou a Bastilha de Paris visavam simplesmente à custódia antes do julgamento ou da execução da pena (em geral de banimento ou de morte). Eram cárceres, no sentido técnico do termo –palavra de origem latina- que diz respeito a calabouço, lugar de onde saíam os cavalos nos circos romanos, masmorras úmidas e infectas. A melhor punição ocorria, acreditava-se, quanto piores fossem as condições da detenção. Depois a privação de liberdade passou a ser entendida como pena. Não sem razão, percebe-se a contemporaneidade dessa idéia com a Revolução Francesa. Afinal, o reconhecimento jurídico do conceito de Liberdade resulta na conseqüente possibilidade de sua restrição.

As raízes do Direito Penitenciário começaram a se formar no Século XVIII, a partir dos estudos de Beccaria e Howard, que pregavam a proteção do condenado que durante muito tempo fora objeto da Execução Penal. Os dois estudiosos deram causa a uma grande evolução da doutrina da Execução Penal, tendo produzido uma longa série de tratados e revistas especializadas no tema. Só recentemente é que ocorreu o reconhecimento dos direitos da pessoa humana do condenado, com o surgimento da relação de Direito Público entre o Estado e o condenado. Esses direitos se baseiam na exigência ética de se respeitar à dignidade do homem como pessoa moral (FRAGOSO, 2003).

Bittencourt (2003) refere-se a John Howard como sendo o realizador da primeira crítica sistematizada ao sistema penitenciário. Em viagens pela Europa, conheceu presídios em diferentes países, tendo concluído que estes deveriam proporcionar um regime higiênico, alimentação sadia e assistência médica. Em 1776, publicou a obra *The State of the Prisons in England and Wales*³, em que preconizava a humanização dos presídios, destacando que para a regeneração do preso seria necessário trabalho obrigatório e penoso, isolamento noturno (em regime celular), nomeação de carcereiros honrados e humanos, divisão dos presos por sexo, idade e situação processual, educação moral e religiosa e conceder certificados de condutas no final da pena.

Em 1870, surge o primeiro sinal de reforma carcerária, com a realização da Conferência Nacional Penitenciária (*National Prison Conference*), realizada nos Es-

³ O estado das prisões na Inglaterra e Gales.

tados Unidos da América (EUA), cujo tema principal foi a prisão perpétua. Foi escolhida uma corte específica para os casos de prisão perpétua, a qual delimitaria o tempo mínimo e máximo para todos os tipos de penas. Acreditava-se que este tipo de sentença daria ao ofensor maior incentivo à sua reabilitação, o que determinaria uma satisfatória mudança nos cárceres. Dois anos depois era realizado em Londres outro congresso sobre Execução Penal, em que ficou estabelecida a criação da Comissão Penitenciária Internacional, transformada em 1929 em Comissão Penal e Penitenciária, que por sua vez deu origem à elaboração das Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas (ONU). Após a Segunda Guerra Mundial surgem em vários países as Leis de Execução Penal (LEP), entre eles o Brasil (FRAGOSO, 2003).

O primeiro Código Penal brasileiro já individualizava as penas. O Código Penal de 1890 instituiu o regime penitenciário de caráter correccional, com a finalidade de ressocializar e reeducar o detento. Detenção se tornou a forma essencial de castigo. O encarceramento passou a ser admitido sob todas as formas. A detenção, a reclusão e o encarceramento correccional não passaram de nomenclatura diversa de um único e mesmo castigo (MIRABETE, 2000).

A sanção penal é definida por Fragoso (2003, p. 348) como "a perda de bens jurídicos imposta pelo órgão da justiça a quem comete crimes, atribuindo-lhe um caráter de retribuição". Mirabete (2000, p. 246) afirma que:

Substancialmente, a pena consiste na perda ou privação de exercício de direito relativo a um objeto jurídico; formalmente, está vinculada ao princípio da reserva legal, e somente é aplicada pelo Poder Judiciário, respeitando o contraditório; e teleologicamente mostra-se, concomitantemente, como castigo e defesa social.

Embora as freqüentes definições vinculando à pena a característica retributiva, ressalva Fragoso (2003, p. 348) que "a pena é uma retribuição, porém, o magistério punitivo do Estado não deve estar restringido à retribuição". Bitencourt (2003, p. 104) corrobora Fragoso, afirmando que "conceitualmente, a pena é um castigo. Porém, admitir isso não implica como consequência inevitável, que a função, isto é, o fim essencial da pena, seja a retribuição".

A visão unitária dos problemas da Execução Penal se avultou somente no século XX, com base num processo de unificação orgânica, em que normas de Direito Penal e Processual, atividade da administração e função jurisdicional passaram a

obedecer a uma profunda lei de adequação às exigências modernas da Execução Penal. Todo esse processo de unificação foi dominado por dois princípios do Código Penal de 1930: a individualização da execução e o reconhecimento dos direitos subjetivos do condenado (ALBERGARIA, 1998).

3.1.1 A execução penal brasileira e os direitos dos presos

A lei de Execução Penal (Lei nº, 7.210/84) objetivou afastar o arbítrio, a crueldade e a própria hipertrofia da punição, abarcando os princípios da jurisdicionalidade, legalidade, igualdade, individualização, proporcionalidade e humanização das penas, sendo certo que aqueles direitos não contemplados diretamente nela decorrem da Constituição Federal ou das normas de Convenções internacionais ratificadas e inseridas no ordenamento jurídico, sendo assegurados aos presos integridade moral, dignidade e o livre desenvolvimento de sua personalidade (BARROS, 2001).

Ao transitar em julgado uma sentença condenatória, gera para o Estado um título executivo que deve ser executado nos limites impostos pela referida sentença, sob pena de configurar excesso ou desvio de execução. Assim sendo, o preso passa a possuir um complexo de direitos subjetivos e expectativas que devem ser preservados e respeitados pelos órgãos encarregados da execução.

O conflito decorrente do direito de punir do Estado e os direitos subjetivos dos presos, denominado incidente de execução ficaram dirimidos, já que até então a administração das penitenciárias ou seus carcereiros é que elaboravam regras ou regulamentos internos, sujeitando o detento a toda espécie de humilhações e constrangimentos, desaguando em completo desvio do enunciado na sentença condenatória.

Em função desse quadro desumano e sem quaisquer garantias em relação aos direitos dos presos, surge a idéia de jurisdicionalização da execução penal, pela qual o juiz é provocado a dirimir os incidentes verificados na execução penal, dentro do âmbito do processo legal, pelo qual o preso não pode ser suprimido do seu direito sem ser previamente ouvido e ter garantido o mais amplo direito de defesa.

Mirabete (2000, p. 43), discorrendo sobre o princípio da jurisdicionalização na execução penal, afirma que:

É preciso que o processo de execução possibilite efetivamente ao condenado e ao Estado a defesa de seus direitos, a sustentação de suas razões, a produção de suas provas. A oportunidade de defesa deve ser realmente plena e o processo deve desenvolver-se com aquelas garantias, sem as quais não pode caracterizar-se o “devido processo legal”, princípio inserido em toda Constituição realmente moderna.

O princípio da legalidade assegura ao preso todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, estendendo-os aos procedimentos administrativos e às sanções disciplinares.

Barros (2001, p.131) assevera que: “para haver infração disciplinar, deve haver prévia definição legal – inadmissíveis as meramente administrativas contidas nos regimentos internos dos presídios – da tipicidade, do caráter e da duração da sanção”.

O princípio da igualdade assegura aos presos em geral o direito a tratamento igualitário, sendo vedada qualquer discriminação, seja de ordem social, econômica, político-ideológica ou mesmo racial, o que não impede que sejam separados e classificados de conformidade com suas características individuais. Consoante magistério de Barros (2001, p. 132):

O princípio da igualdade consagra a igualdade no que se refere aos direitos fundamentais e o respeito pelas diferenças e a compensação das desigualdades. Na execução penal, o princípio da igualdade assegura o direito de ser diferente dos demais, de não se submeter a tratamentos tendentes à modificação de personalidade.

O princípio da individualização da pena enuncia que a pessoa é um ser singular, possuidor de personalidade própria e que a sanção imposta pelo Estado deve levar em conta suas aptidões pessoais, no sentido de proporcionar o livre desenvolvimento de sua personalidade com vistas ao seu retorno ao convívio social.

Na concepção de Barros (2001, p. 132):

O princípio da individualização da pena abrange os princípios da personalidade e da proporcionalidade. A personalidade determina que a pena seja dirigida àquela pessoa individualmente considerada, não podendo ultrapassá-la. Determina, ainda, a classificação dos presos e sua estrita separação de acordo com as características individuais, bem como a adoção de meios para seu rápido retorno ao convívio social. A proporcionalidade, como garantia individual, assegura que a pena seja executada dentro do marco constitucional, de respeito à dignidade do sentenciado e não em função dos anseios sociais.

O princípio da humanização reflete toda a evolução dos sistemas penais até a atualidade e que impõe o respeito à dignidade humana do preso, não como normas programáticas, mas com normas que assegurem ao preso o direito à vida, à integridade física e moral, além de não ser submetido a tratamentos cruéis e desumanos. Ademais, garante ainda aos presos, por força da mutabilidade da sentença condenatória, o direito de ser beneficiado durante o cumprimento da pena por alguns benefícios legais, tais como o *abolitio criminis* (anistia) e os novos institutos alternativos à pena de prisão (aplicação de penas restritivas de direitos, desde que venha a preencher os requisitos legais).

O processo de humanização dos presídios começa pelas transformações de suas estruturas arquitetônicas, as quais atualmente privilegiam o ócio em detrimento do labor e do desenvolvimento físico, intelectual, moral e espiritual do detento. É crucial a criação de condições para oferecer ao preso assistência médica, odontológica, escolarização, profissionalização, prática de esportes, atividades lúdicas e religiosas, visitas íntimas, direito de cumprir a pena próxima aos seus familiares, entre outros direitos inerentes ao ser humano, como símbolo das novas exigências do momento histórico atual.

Cumpre salientar que muitos desses direitos estão previstos em lei, todavia, não sejam efetivados. Segundo Barros (2001, p. 133):

O princípio da humanidade consiste em assegurar que o homem nunca deverá ser tratado como meio, mas somente como fim, como pessoa, o que quer significar que, independentemente da argumentação utilitarista que se siga, o valor da pessoa humana impõe uma limitação à qualidade e quantidade da pena. Implica, pois, em proibição de adoção da pena de morte, de tratos desumanos, cruéis ou degradantes (aí incluído o rigor desnecessário e as privações indevidas impostas aos condenados), e em proibições de servidão de trabalho e trabalhos forçados, humilhantes ou obrigatórios. Determina também que aos condenados, em especial à pena privativa de liberdade, deverão ser propiciadas as condições para uma existência digna, velando-se por sua própria vida, integridade física e moral e por sua saúde.

Visualizados como sujeitos de direitos, os presos são contemplados pela Constituição Federal com uma série de direitos, estabelecidos no artigo 5º. e seus incisos, a saber:

- 1) direito à vida;
- 2) à integridade física e moral;

- 3) à propriedade (material ou imaterial), ainda que, por impossibilidade física, não possa exercer temporariamente alguns dos direitos inerentes do direito de propriedade;
- 4) à liberdade de consciência e de convicção religiosa;
- 5) ao sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicos;
- 6) de representação e de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos e contra abusos de autoridade;
- 7) à expedição de certidões requeridas às repartições administrativas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;
- 8) à assistência judiciária gratuita;
- 9) à presunção de inocência nos incidentes de execução;
- 10) à indenização por danos morais em face de erro judiciário ou por prisão além do tempo fixado na sentença.

Já a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84), em seu artigo 41, confere aos presos em geral os seguintes direitos:

- 1) ao uso do próprio nome;
- 2) à alimentação, vestuário e alojamento;
- 3) à assistência médica e odontológica, sendo assegurado o direito de contratar médico de sua confiança pessoal;
- 4) ao trabalho remunerado;
- 5) de se comunicar reservadamente com seu advogado;
- 6) direito à previdência social (auxílio- reclusão);
- 7) a seguro contra acidente de trabalho;
- 8) à proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- 9) à igualdade de tratamento, salvo quanto da individualização da pena;
- 10) à proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, descanso e recreação;
- 11) à visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- 12) a contato com o mundo exterior por meio de leituras e outros meios de comunicação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Além desses direitos básicos existem outros vinculados a determinadas situações previstas em lei, como a remissão, autorização de saídas, *sursis*, livramento condicional e progressão de regimes na execução da pena, entre outros.

Os direitos dos presos (provisórios, condenados e internados) correspondem aos inúmeros deveres impostos aos detentos privados de sua liberdade - bem maior depois da vida - e devem ser respeitados pelo Estado, não devendo se reduzir a meras normas programáticas ou carta de intenção de proteção dos direitos humanos, pois se encontram normatizados no ordenamento jurídico, seja na lei magna ou em documentos internacionais acolhidos pelo direito interno, Código Penal ou Lei de Execução Penal, impondo-se a sua plena observância, sob pena de fomentar a hipertrofia da prisão e a criação de focos criminógenos e potencial vertente da reincidência, a qual, no Brasil, no que se refere às penas privativas de liberdade, já alcança o índice de 85%. Daí Fragoso (1994, p. 118) explicitar que:

[...] a fase meramente enunciativa das declarações dos direitos e das liberdades fundamentais, está hoje definitivamente ultrapassada. A preocupação agora consiste na criação de um sistema jurídico que assegure a observância de tais direitos e as garantias das liberdades.

Nesse contexto de direitos violados e desrespeitados à luz do ordenamento jurídico pátrio, encontra-se o preso provisório, ou seja, aquele que foi privado de sua liberdade por força de prisão em flagrante, temporária, preventiva ou por força de sentença condenatória recorrível; enfim, que lhe foi negado o direito de recorrer em liberdade. Destarte, o preso provisório conta com o princípio da presunção da inocência, pelo fato de inexistir uma formação de culpa concluída, ou seja, uma sentença condenatória transitada em julgado, sendo, por força do disposto no parágrafo único do artigo 2º. da Lei de Execução Penal, submetido, naquilo que não constitui especificidade do cumprimento de pena, a tratamento igual aos demais detentos condenados definitivamente, já que os preceitos da Lei de Execução Penal se estendem aos presos provisórios.

A situação degradante e humilhante que se propaga nas cadeias públicas brasileiras, em que o preso provisório, em alguns casos, mesmo sendo condenado a pena cabível de recurso a regime aberto ou semi-aberto, acaba cumprindo penas privativas de liberdade em regime fechado, sem que haja qualquer separação ou classificação, fato que viola nitidamente o princípio da individualização e humanização da pena.

Por sua vez, os juízes criminais raramente visitam as cadeias públicas e não criam os Conselhos da Comunidade ou os patronatos, como exige a LEP, além do que não se tem observado o princípio da jurisdicionalização, pois quem julga se o sentenciado *quebrou a condicional* é o policial civil, muitas vezes utilizando-se de extorsão ou obrigando o preso a voltar ao cárcere sem sequer ser ouvido ou exercer qualquer espécie de defesa.

Em alguns casos, o preso acaba ficando sob cárcere por mais tempo do que deveria, não sendo respeitados os direitos elementares, como progressão do regime, sob o argumento de que há necessidade de enviar o preso para a capital do Estado, onde será submetido a exame criminológico para subsidiar parecer do Conselho Penitenciário. Nada mais falacioso e desumano, porquanto o preso provisório acaba cumprindo pena em cadeia pública do interior, em companhia de todos os tipos de criminosos e sem qualquer observância do princípio da individualização da pena (personalidade), ferindo direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.

O quadro dos presos provisórios no Brasil é preocupante. Segundo Milan, (2008) existem 440 mil presos ocupando as prisões provisórias no país e destes, 200 mil encontram-se presos preventivamente. Somente no Paraná são quase 8 mil presos aguardando julgamento, o que corresponde a um percentual de 22% dos 34,6 mil. Apesar de não existir previsão legal quanto ao período de prisão enquanto aguarda julgamento, ensinamentos doutrinários e decisões dos tribunais têm entendido que 81 dias é o prazo legal, podendo se estender para até 180 dias para os casos de crimes hediondos.

Milan (2008, p. 16) esclarece que:

A prisão preventiva ou processual serve para proteger a sociedade de pessoas consideradas perigosas, que podem fugir ou que foram presas em flagrante. Ela se tornou um problema, por outro lado, porque muitos presos não conseguem ter acesso à defesa e ainda ficam nas mãos da justiça que nem sempre é ágil o suficiente para julgar a ação. O resultado pode ser um preso primário que, ao invés de estar reinserido na sociedade, muitas vezes acaba sendo cooptado por organizações criminosas e se afunda de vez no mundo da criminalidade.

Segundo Milan (2008), em matéria publicada no jornal Gazeta do Povo, faltam defensores públicos e condições para que os presos possam questionar a possibilidade de liberdade provisória. Isso deixa claro que o sistema discrimina as pessoas de determinadas camadas da sociedade, “a pessoa pode ter cometido terríveis cri-

mes contra o sistema financeiro, mas, se for bem estabelecida na sociedade, consegue alvará de soltura. E isso é um diferencial poderoso”. A isso se dá o nome de impunidade.

3.2 CRIMINALIDADE E IMPUNIDADE

É sabido que nenhuma sociedade está livre da ocorrência de crimes. O delito é um fenômeno social, porém revestido de um caráter peculiar, já que seus efeitos são mais danosos à sociedade do que qualquer outro fato social. Segundo Da Silva (2000, p. 20), “afirmar que a criminalidade é um fenômeno social deve ser entendido amplamente, uma vez que o crime é um fenômeno biopsicosocial, produto de vários fatores, não de causa única”.

São pertinentes as alusões de Pinho (1985) sobre os estudos da Antropologia Criminal de Lombroso, que foi a base da Criminologia. As idéias do estudioso se referiam ao crime como um fenômeno biológico, o criminoso nasce delinqüente, apresenta características físicas e morfológicas específicas, é insensível física e moralmente é atávico, com fundo epilético e semelhante ao louco moral, doente antes que culpado e que deve ser tratado e não punido. Apesar da incoerência da definição do criminoso nato e dos exageros de Lombroso, seus estudos contribuíram para a ampliação dos horizontes do Direito Penal.

Fome, desigualdade e exclusão social não deixam de constituir alguns dos fatores condicionantes do aumento dos índices de criminalidade no Brasil a dimensão e continuidades da existência desses fatores acabam por revelar o quadro estrutural da violência e esse contexto provoca mudanças culturais que enfraquecem valores até então importantes para o convívio social.

Segundo Jesus (2002), a culpa para o aumento da criminalidade é atribuída comumente ao Código Penal que necessita de uma reforma. Entretanto, o país tem hoje uma das maiores legislações penais do mundo, em que existe crime ou contravenção para tudo. Com uma legislação tão abrangente, voltada para crimes hediondos, tortura, meio ambiente, lavagem de dinheiro, interceptação de comunicação telefônica, furto e roubo de automóvel, receptação, remoção de órgãos, tráfico de

crianças, porte de arma, tóxicos, trânsito, defesa do consumidor, crimes contra a ordem tributária, crime organizado, proteção de testemunhas e, tratando-se de menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente descrevendo inúmeros delitos. Além disso, crimes graves, como homicídio qualificado, seqüestro para fins de extorsão e latrocínio são considerados hediondos, com severas penas. Diante de uma legislação tão abrangente, há que se concluir que o aumento da criminalidade está intimamente ligado a um sistema criminal que não funciona, desde a polícia até a execução da pena e outros fatores que não permitem uma avaliação precisa das causas dos crimes.

Segundo Pereira (2007), um dos fatores que também contribui para a impossibilidade de se avaliar com precisão as causas de criminalidade no Brasil está relacionado com a corrupção endêmica que se alastra nas instituições do país, tornando impossível um estudo isento com base nas estatísticas existentes para o setor de segurança.

O índice de percepção da corrupção divulgado pela organização Transparência Brasil em 2006 apontava o Brasil entre os países que se destacaram pela corrupção, considerando que a média alcançada foi de 3,7 pontos para uma escala em que nota zero é atribuída a povos totalmente corruptos. Vale constar que países como Finlândia, Nova Zelândia e Dinamarca atingiram média de 9,6 pontos e os Estados Unidos 7,3.

Passados dois anos, a Organização Não Governamental (ONG) *Transparency International* divulgou novo relatório anual em 23 de setembro de 2008, em que o Brasil figura com a média de percepção de corrupção de 3,5, ou seja, com dois décimos a menos que no relatório de 2006, ocupando agora a 80ª. posição no *ranking* dos países mais corruptos do planeta, empatando com países como Marrocos, Arábia Saudita e Tailândia. No relatório divulgado, a organização diz que nos países mais pobres a corrupção é uma verdadeira catástrofe humanitária que mata. Segundo Huguette Labelle, presidente da ONG, nos países mais pobres a corrupção pode ser uma questão de vida ou morte, quando o dinheiro para os hospitais ou para água potável está em jogo (BRASIL aparece em 80º. lugar no ranking da corrupção, 2008)

Para Pereira (2007), para que se torne possível o entendimento de quais são as medidas efetivas de redução da violência, é necessário comparar a situação do Brasil com a redução registrada em outros países onde as taxas de criminalidade já

apresentaram patamares elevados e que souberam baixá-las expressivamente. Assim como o Brasil, os Estados Unidos já foram considerados um dos países mais violentos do mundo. Entretanto, nos anos 90 seus índices criminais tiveram significativas melhoras, em virtude de medidas saneadoras e punição exemplar, inclusive para os crimes cometidos por menores de idade.

Aumentar período de internação de menores infratores, diminuir a maioridade penal ou as penas em nada contribuirá para enfrentamento da criminalidade, desde que não se busquem as causas determinantes dos crimes.

A esse propósito Scheinkman (apud Pereira, 2007), durante a realização de seminário sobre criminalidade na América Latina, realizado no Centro Alfred Taubman, da escola de governo da Universidade de Harvard, em conjunto com o Instituto Fernando Henrique Cardoso, referindo-se à delinqüência juvenil no Brasil, deixou clara a existência de certo excesso de brandura para com a mesma, apresentando estatísticas sobre a conexão entre o tráfico de drogas e o crime violento, exemplificando que a epidemia do crack nos Estados Unidos nos anos 70 contribuiu para que o número de vítimas de assassinato no grupo de idade entre 14 e 17 anos dobrasse.

Os números apresentados por Scheinkman demonstraram que a criminalidade juvenil antes dos 18 anos diminuiu nos estados onde a legislação é mais rigorosa, suscitando um debate muito intenso atualmente no Brasil sobre a antecipação da maioridade penal. Dados apresentados dão conta que a progressão do crime entre jovens chega ser assustadora, considerando que os jovens de 15 anos cometem 30% menos crimes violentos do que os de 16 anos, e esses, menos 20% do que os de 17 anos. Nos estados onde há maior leniência para com os menores, os de 17 anos cometem crimes na mesma proporção dos de 18 anos, enquanto que nos estados onde a legislação é mais rigorosa e a diferença de idade não importa, os de 17 anos cometem 20% menos crimes do que os de 18 anos.

A pretensão de uma legislação mais rígida tem demonstrado ser fruto de momentos de indignação com a ocorrência de determinados crimes, normalmente amplamente divulgados pela mídia, a qual normalmente cobra maior rigor do legislador com relação às penas, já que o Brasil é tido como um dos países com a legislação mais moderna do planeta.

A propósito do rigor das leis, Toledo (1994, p. 5) comenta que:

Com o passar do tempo, os estudiosos e pensadores foram percebendo de forma mais clara que a edição de novas leis penais, mais abrangentes ou mais severas, não era capaz de resolver o problema da criminalidade crescente. Concluíram que essa concepção dada ao Direito Penal é falsa, porque o toma como uma espécie de panacéia que logo se revela inútil diante do incremento desconcertante das cifras da estatística criminal.

Damásio (2002) relata que:

Nas discussões e propostas referentes à prevenção da criminalidade, nota-se claramente a presença de dois grupos antagônicos. O primeiro deles é o denominado Movimento de Lei e Ordem. Seus adeptos postulam penas altas – quando não a própria pena capital – para os delitos mais graves e repressão policial intensa à criminalidade. Seu grande modelo é o adotado em Nova York pelo então prefeito Rudolph Giuliani, com a sua política de “tolerância zero”, que, sem dúvida, reduziu substancialmente a criminalidade naquela cidade. Ocorre que a tolerância zero estava agregada a um estupendo progresso da base da própria economia norte-americana, o que muito concorreu para o sucesso do programa...

O apelo comercial do crime é tão grande que normalmente os veículos de comunicação que exploram tal filão são líderes de audiência ou de vendas em suas respectivas áreas, o que cria um círculo vicioso: não se sabe se a imprensa se foca no tema porque a violência vende ou se a violência vende porque a mídia se foca no tema.

A relação mídia versus criminalidade reside no fato da apresentação dos fatos valendo-se de estereótipos. Com sua publicidade, ela condena pessoas que ainda são presumivelmente inocentes, difunde o endurecimento das penas, cria síndrome do pânico entre as pessoas e não raramente tenta influenciar no resultado dos julgamentos jurídicos, além de ser seletiva, evitando noticiar nomes de pessoas ou empresas que possam trazer complicações ou prejuízos. Embora cumpra seu papel de relevância em favor da Justiça, em combater a impunidade, é certo que seus métodos muitas vezes são assustadores.

Damatta (2007, p. A14) relata que a mídia escandaliza as pessoas por ela selecionadas, ao afirmar que:

No Brasil, a transgressão é tratada como escândalo, pois tem que explodir o sujeito, fazê-lo passar pela vergonha, denunciá-lo publicamente, porque ele não vai ser preso [...]. Qualquer brasileiro sabe que, no escândalo do momento (qualquer que ele seja), a punição vai depender menos das circunstâncias e muito mais da pessoa. Não é somente uma questão de indeterminação, pois poderia haver competição entre a lei e a pessoa. Não! O que há é uma certeza de que a lei varia de acordo com a pessoa à qual ela se aplica.

O apelo midiático, em que apenas determinadas pessoas se tornam alvo e acabam sendo previamente condenadas pela sociedade é conducente a clamores por mais e rigorosas leis, comportamento que já se tornou freqüente no Brasil, bastando um retrocesso a alguns crimes registrados, como o recente caso Isabela Nardoni. Crime hediondo que envolveu pessoas bem situadas socialmente. Paralelo a isso, centenas de crimes de colarinho branco são denunciados diariamente e raramente se observa punição que seja tão rigorosa que aquela aplicada em relação a determinados crimes até certo ponto corriqueiros, cuja sentença poderia ser com prestação de serviços à comunidade. Aí começa a imperar a impunidade, possivelmente uma das maiores preocupações na atualidade no que se refere à diminuição do índice de criminalidade.

Impunidade significa falta de castigo. Do ponto de vista estritamente jurídico, impunidade é a não aplicação de determinada pena criminal a determinado caso concreto. A lei prevê para cada delito uma punição e quando o infrator não é alcançado por ela - pela fuga, pela deficiência da investigação ou, até mesmo, por algum ato posterior de tolerância- o crime permanece impune (CARVALHO FILHO, 2004).

A impunidade não se faz presente tão-somente na aplicação das penas. Existem várias maneiras de conferir seu nível em um país. Uma delas está no grau de tolerância da população em relação às pequenas infrações, como arremessar uma lata vazia na rua, instalar no veículo equipamento detector de radares nas estradas ou até mesmo pagar suborno para um policial para não ser multado, situação em que o infrator é visto como esperto ou malandro. Ocorre que essa cultura da esper-teza acaba por corroer pouco a pouco o poder de cobrança e fiscalização por parte da população. O estágio de confusão é tal que as pessoas ficam indignadas com as negociatas praticadas pelos políticos e tão amplamente divulgadas, mas ao mesmo tempo subornam policiais ou fiscais para que façam vistas grossas a uma irregularidade, como se isso fosse normal (MENDONÇA, 2001).

A impunidade já começa nas prisões. Em São Paulo, por exemplo, apenas 10% das 10 mil pessoas capturadas mensalmente pela polícia permanecem detidas por um período superior a trinta dias e, quando não são postas em liberdade por meio de brechas existentes na lei penal e muito bem utilizada pela maioria dos advogados criminalistas, fogem, pulam muros, perfuram túneis ou corrompem carcereiros (MENDONÇA et al, 2001). Possivelmente seja a partir dessa incapacidade de prender, processar, julgar e punir que é desenvolvida a impunidade.

Em Curitiba/PR, apenas 10% dos casos de homicídio acabam em condenação. A estimativa é do Tribunal do Júri, que realiza uma média de 15 julgamentos no mês, número considerado muito baixo pelos promotores. De cada dez casos de homicídios ocorridos na cidade, apenas três chegam ao tribunal e somente um deles acaba em condenação. Quando o assunto é resolução de crimes desse tipo, dados do Ministério da Justiça apontam que apenas 8% deles são resolvidos. Destarte, a impunidade, ou pelo menos a sensação dela, torna-se freqüente, não só na capital paranaense, mas em todo o País. Outra constatação é que a maioria dos crimes contra a vida é classificada como de autoria desconhecida e normalmente ligados ao tráfico de entorpecentes, em que testemunhas não têm coragem de depor (ANDRICH, 2007).

A Polícia Civil é responsável pelas investigações criminais e elaboração dos inquéritos que apuram os crimes. Entretanto, muito embora não haja confirmação por parte da Secretaria de Segurança, somente no Estado do Paraná existe uma deficiência de quase 5 mil policiais e essa lacuna tem sido o fator de maior contribuição para a persistência da impunidade.

O Jornal Gazeta do Povo, de 20 de julho de 2008, estampou uma reportagem que vem ao encontro do que se pretende discutir no presente estudo, considerando que jornalistas conseguiram acesso a documentos da Polícia Civil, os quais causam estarrecimento, notadamente quando o assunto é impunidade. O retrato da Polícia Civil, construído a partir dos documentos conseguidos, atesta a ineficiência das políticas de segurança pública no país sob um outro ângulo, mesmo porque, policiais ouvidos afirmaram que a grande maioria dos inquéritos são concluídos quando os crimes já foram prescritos, fruto da falta de investigadores e da demora nas perícias.

Na mesma matéria jornalística a promotora de justiça Rosângela Gaspari, do Centro de Apoio das Promotorias Criminais do Ministério Público do Paraná é testemunha da impunidade, quando relata ser comum a existência de inquéritos sem elementos probatórios suficientes. Para ela, “essa situação decorre, em especial, do grande aumento da criminalidade, que resulta em inúmeros feitos investigatórios sem que haja o mesmo crescimento do número de autoridades policiais e investigadores”.

O advogado Dálio Zippin, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é peremptório ao afirmar que “o baixo

número de servidores é um dos fatores de impunidade. Inquéritos que levam dois ou três anos para serem concluídos geram a certeza da impunidade”.

Alguns juristas defendem o aumento das penas como uma das possíveis soluções para diminuir o índice de criminalidade no Brasil. Porém, o aumento de pena é totalmente inócuo, sem qualquer efeito prático, já que continuará a imperar a sensação de impunidade, em virtude de não haver a certeza da punição. O Brasil pode hoje ser considerado o paraíso da impunidade e isso significa que aumento de pena ou da redução da maioridade penal nada vai resolver, uma vez que a sociedade deve acreditar na justiça e o marginal deve temê-la. Agravar a pena não serve como forma de diminuir a criminalidade. A sociedade deseja punição mais rápida e isso somente é possível por meio de um processo penal simplificado, com menos recursos, menor número de audiências no mesmo processo e menos formalismos (TREVISAN, 2008).

No Brasil de hoje, a pena perdeu a sua finalidade retributiva e preventiva, ou seja, não pune adequadamente o autor de um delito e muito menos intimida quem quer que seja, imperando a sensação de impunidade de que o crime compensa.

Segundo Pereira (2007), o risco de um criminoso ser preso é de 0,3%, segundo apontam alguns estudos, o que significa a existência de uma quase certeza por parte do criminoso de que não será preso e essa sensação de impunidade acaba estimulando a criminalidade e espalhando a violência.

Mendonça *et al* (2008) comentam que o tema segurança pública despertou a atenção dos políticos americanos na década de 80, quando foi introduzida pena mínima de 15 anos de prisão para qualquer indivíduo surpreendido portando drogas. O resultado foi mais de 400 mil prisões nos últimos anos, chegando a ser inaugurada uma prisão por semana no país e esse ritmo continua acelerado até hoje. Os custos do governo para manter o ritmo equivalem atualmente a 25% do Produto Interno Bruto do Brasil (250 bilhões de reais). Esse empenho do governo norte americano resultou em que algumas das cidades mais violentas do país voltaram a registrar índices de criminalidade idênticos aos registrados na década de 60.

Um exemplo no rigor na aplicação das penalidades nos Estados Unidos da América, em comparação com o Brasil, está relacionado ao tempo em que o criminoso permanece na cadeia, até que obtenha algum benefício que o ponha em liberdade, mesmo condicional. O quadro a seguir exemplifica alguns ilícitos, comparando-os:

Tipo de crime	Brasil	Estados Unidos
Homicídio	1 ano e meio	12 anos
Roubo	1 ano e meio	12 anos
Tráfico de drogas	3 anos	15 anos
Furto	4 anos ¹	6 anos
Sequestro	7 anos	10 anos
Estupro	7 anos	11 anos
Latrocínio	7 anos	13 anos

¹O condenado leva vida normal, podendo, inclusive viajar. Caso cometa outro crime,

QUADRO 1 – PERÍODO QUE O CRIMINOSO PERMANECE PRESO NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS, ATÉ QUE OBTENHA ALGUM BENEFÍCIO.

Fonte: Mendonça *et al*, 2001

Em 1982, a média de homicídios nos Estados Unidos era de 9 por 100 mil habitantes, atingindo o pico de 9,8 por 100 mil em 1991, tendo caído para 5,5 por 100 mil em 2000 (ROSENFELD, 2004, p. 64). Enquanto isso, no Brasil, o Mapa da Violência 2006, publicado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos registrava que os 22 homicídios por 100 mil pessoas, de 2000, passaram a 27 homicídios por 100 mil, em 2004 (OEI, 2006).

Ressalte-se que em 2003 já estava em vigor no Brasil o Estatuto do Desarmamento. Se bandidos cometem assaltos com comparsas na garupa da motocicleta, possivelmente seja mais fácil proibir caronas nas motos; se bandidos assaltam usando capacetes, proíbe-se o ingresso de qualquer cidadão em qualquer estabelecimento, portando capacete; se embriagados cometem crimes no trânsito, proíbe-se até o cidadão de sair para jantar com a família e tomar uma taça de vinho, caso contrário o bafômetro acusará álcool em seu organismo e ele será preso, multado e perderá sua habilitação; se bandidos usam armas para cometer crimes e ceifar vidas, proíbe-se o porte para todos, indiscriminadamente. Combater apenas os efeitos, sem levar em consideração as causas, seria o melhor caminho? Para o delinquente, a lei não o preocupa, já que vive à sua margem.

3.3 CRIMES COMETIDOS POR ARMA DE FOGO – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTE E USO DE ARMAS DE FOGO

As armas de fogo aparecem como instrumento principal de execução da violência e da criminalidade, produzindo tragédias nas relações do cotidiano das comunidades brasileiras.

A atualidade mostra um mundo dominado pelo sistema e modo de produção capitalista, em que a cultura da violência está difundida por toda parte, quer seja na produção de jogos eletrônicos que estimulam o individualismo e a violência como meio de saída para a felicidade e bem-estar pessoal.

Nessa questão, Martins *et al* (2007, p.13) registram:

Entre 1979 e 2003, mais de 550 mil pessoas morreram em decorrência de disparos de arma de fogo. Nesses 24 anos, o número de vítimas cresceu 461,8%, enquanto a população do país aumentou apenas em 51,8% (dados da UNESCO, Ministério da Justiça e Ministério da Saúde). Apesar de não ter passado por nenhum conflito armado ou mesmo guerra civil nesse intervalo, o Brasil apresenta números e médias de mortes anuais mais elevados que os verificados em conflitos, como Guerra do Iraque (em 2003, constatou-se uma média de 108 óbitos por dia no Brasil, enquanto no Iraque, em pouco mais de dois anos de conflito, a média é de cerca de 35 mortes ao dia) ou a disputa envolvendo judeus e palestinos.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que, somente na década de 1990, mais de 3 milhões de pessoas foram mortas por armas de fogo no mundo. Apesar de o Brasil representar apenas por 2,8% da população mundial, já responde por cerca de 11% dos homicídios praticados com armas de fogo em todo o planeta.

Diante dos incessantes apelos oriundos da mídia, sociedade e vários juristas, entendedores que a venda de armas no país contribuía para o aumento do índice de criminalidade, era sancionada em 2003 a Lei n.º 10.826, com finalidade de regulamentar a comercialização de armas de fogo que, em seu artigo 1º, estabelece:

Art. 1º Fica proibida a venda de arma de fogo e munição em todo o Território Nacional, salvo para: I - as Forças Armadas; II - os órgãos de segurança pública federais e estaduais, as guardas municipais e o órgão de inteligência federal; III - as empresas de segurança privada regularmente constituídas, nos termos da legislação específica.

Segundo entendimento de Jesus (2004), apesar da necessidade da inflexibilidade para com a fabricação, aquisição e posse de armas de fogo, há que se considerar que sem uma efetiva prevenção por parte da polícia, pouca a Lei contribui para a redução do índice de criminalidade. É necessário que o poder público garanta a segurança pública, desarmando a população, mas armando e dotando a polícia dos instrumentos hábeis para a concretização da sua missão constitucional, caso contrário seria como armar o lobo e desarmar o cordeiro.

Segundo Bierrenbach (2003), o Poder Público tem o direito de restringir e limitar armas de fogo, criando regras para sua aquisição, porte e uso. Entretanto, medidas sérias de combate à criminalidade deveriam estabelecer circunstâncias agravantes drásticas para o uso criminoso de armas de fogo. Destarte, o fato de o criminoso exibir arma de fogo para alguém, deveria agravar a pena em um terço; dispará-la, aumentaria a metade; ferir alguém aumenta de dois terços; matar dobraria a pena. Portar granadas, bazucas ou metralhadoras deveria se constituir em crime inafiançável. Somente a certeza da punição é que pode inibir a criminalidade. A partir do momento em que o Governo não tem como assegurar à sociedade que todos os delinquentes cometerão assaltos desarmados, também não teria como proibir o porte de arma pelos cidadãos, mesmo porque, desarmar as vítimas é dar mais segurança aos facínoras. Relativamente à propriedade de armas, estabelece a Lei no artigo 2º.:

Art. 2º As armas de fogo de propriedade particular e respectiva munição deverão ser recolhidas às unidades das Forças Armadas, da Polícia Federal ou da Polícia Civil, no prazo de trezentos e sessenta dias contados da data da publicação desta Lei. § 1º. A União indenizará os proprietários de que trata o caput deste artigo, na conformidade do regulamento desta Lei. § 2º. A indenização prevista neste artigo só se aplica às armas que, por ocasião da publicação desta Lei, forem consideradas regularizadas.

A Lei n.º 10.826/2003 foi regulamentada em julho de 2004 pelo Decreto n.º 5.123, que também instituiu o Sistema Nacional de Armas (SINARM) em seu capítulo I, artigo 1º., com a seguinte redação:

Art. 1º. O Sistema Nacional de Armas - SINARM, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição em todo o território nacional e competência estabelecida pelo caput e incisos do art. 2º. da Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, tem por finalidade manter cadastro geral, integrado e permanente das armas de fogo importadas, produzidas e vendidas no país, de competência do SINARM, e o controle dos registros dessas armas.

A questão do porte e uso da arma de fogo deve ser analisada sob os aspectos sociais e jurídicos. Muitos são os entendimentos no sentido de que desarmar a população exerceria influência direta na diminuição do índice de criminalidade, considerando o pressuposto que a maioria dos crimes contra a vida é cometida com emprego de armas de fogo. Sob esse prisma, suprimir a possibilidade de qualquer cidadão andar armado teria influência direta no índice de criminalidade. Outro fator a ser considerado consiste no fato de que, apenas desarmar o cidadão não implicará em redução da criminalidade, mesmo porque é de conhecimento geral que o criminoso não adquire arma em loja. Os criminosos adquirem armas mediante contrabando ou até mesmo roubando e são eles os responsáveis por cerca de 99% dos crimes de homicídio (PEREIRA, 1999).

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2003, p. 8) aponta que:

As taxas de assassinato estão aumentando, especialmente entre jovens do sexo masculino. O crescimento da violência é atribuído à proliferação de armas de fogo ilegais, que são destinadas ao tráfico de drogas, e aos crimes domésticos. O crime organizado abrange o tráfico de drogas, armas de fogo, seres humanos, ouro, animais ameaçados de extinção e lavagem de dinheiro, envolvendo organizações criminosas locais e internacionais.

Contrapondo-se ao argumento de que o comércio de armas de fogo no Brasil está intimamente relacionado ao narcotráfico e ao crime organizado, Nery (2005) revela que estudos indicam que o mercado legal de armas abastece o ilegal, apontando que no Rio de Janeiro foi observado que 80% das armas apreendidas pela Polícia Civil entre os anos de 1993 e 2003 eram, na sua maioria, adquiridas por civis em lojas autorizadas para sua comercialização e destas, 30% eram devidamente registradas.

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo confirmou, por meio de uma pesquisa realizada no estado que, entre os anos de 1993 e 2000, mais de 100 mil armas de fogo apreendidas com marginais eram roubadas, furtadas ou perdidas, tendo chegado à conclusão de que o delinquente não compra arma de fogo em loja, mas é a arma comprada licitamente que acaba nas mãos de criminosos (NERY, 2005).

Pesquisa mais recente foi realizada pelo Programa Delegacia Legal da Polícia Civil do Rio de Janeiro, cujos dados dão conta que, das armas apreendidas e utilizadas em homicídios e latrocínios desde o ano de 1999 em todo o estado, 39% eram registradas, 42% provinham de contrabando e 19% não possuíam registro.

Relativamente aos latrocínios, 50% foram cometidos com armas registradas, 35% com armas contrabandeadas e 15% com armas sem registro (RIO DE JANEIRO, 1999).

Os dados constantes dos estudos citados são conducentes à interpretação de que as mortes resultantes do uso de armas de fogo não têm como causa somente os homicídios perpetrados por bandidos ou associados ao narcotráfico, mas que o criminoso vem se equipando com armas adquiridas pelos cidadãos comuns em lojas autorizadas.

Em 2005, a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde divulgava dados estatísticos sobre armas de fogo no Brasil, em que é possível constatar queda do número de óbitos provenientes de disparos de armas no ano de 2004, quando da promulgação do Estatuto do Desarmamento. O quadro 2 apresenta os índices divulgados:

Anos	Óbitos por armas de fogo	Variação em		Taxa por 100 mil
		número absoluto	% do número de óbitos	
2002	37.978	-	-	22,0
2003	39.325	1.347	3,50%	22,4
2004	36.091	-3.234	-8,20%	20,3

QUADRO 2 – TENDÊNCIA DE ÓBITOS POR ARMA DE FOGO NO BRASIL RESULTANTES DE HOMICÍDIOS (2002 – 2004)

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005

Os dados estatísticos comprovam que, comparativamente a 2002, houve uma diminuição no número de mortes resultantes do emprego de arma de fogo em homicídios de 8,2%.

Relativamente ao número de mortes acidentais por arma de fogo, os dados estatísticos comprovam que entre os anos de 2001 e 2004 houve uma queda de 29%, conforme se vê no quadro 3:

Anos	Mortes acidentais por armas de fogo	Variação em	
		número absoluto	% do número de óbitos
2001	336		
2002	318	-18	-5,0%
2003	283	-35	-11,0%
2004	201	-484	-29,0%

QUADRO 3 – TENDÊNCIA DE ÓBITOS POR ARMA DE FOGO NO BRASIL RESULTANTES DE ACIDENTES (2001 – 2004)

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005

Outro aspecto que chama a atenção entre os dados divulgados pelo Ministério da Saúde em 2005 está relacionado às principais causas de mortalidade entre jovens de 10 a 29 anos de idade no Brasil. As armas de fogo foram as responsáveis pelo maior número de óbitos, já que 8% se deram entre jovens com idade entre 10 e 14 anos, 34% na faixa etária entre 15 e 19 anos, 35% entre os de 20 a 24 anos e 26% entre 25 e 29 anos.

Atualmente existem duas correntes de estudiosos do Direito com relação à arma de fogo. Os defensores do desarmamento entendem ser ilusório achar que a arma de fogo pode se constituir em um instrumento eficiente para combater o marginal, mesmo porque a população armada pode vir a representar muito mais risco que uma proteção, porque normalmente corre mais risco de morrer ao tentar se defender com uma arma. Comumente a vítima é pega de surpresa e, nas poucas vezes que tenta qualquer reação, acaba perdendo, ou por falta de experiência na utilização da arma à sua disposição e pela surpresa ou porque o marginal não se incomoda se vai precisar matar ou não sua vítima, desde que consiga seu intento.

Pesquisas realizadas pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER, 1998) dão conta que em um assalto ou tentativa de roubo a mão armada, uma pessoa possuidora de uma arma de fogo, ao tentar reagir, tem 185 vezes mais chances de morrer do que uma pessoa desarmada, que na mesma circunstância não reagiria. Já a chance de ferimentos é 57 vezes maior na mesma situação (NERY, 2005).

Uma outra corrente de estudiosos não vê qualquer correlação entre o desarmamento da população civil e a diminuição do índice de criminalidade.

A propósito dos resultados obtidos com o desarmamento da população, o jornalista Teixeira (2004), citando o Estado do Paraná como exemplo do sucesso dessa campanha, apresenta dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública em 8 de dezembro de 2004, em que houve redução, em todo o estado, de crimes mais leves, tais como furtos de objetos e de veículos. Quanto aos crimes cometidos com violência e com o uso de armas de fogo, estes aumentaram (como extorsão mediante seqüestro, assaltos a veículos etc.), tal como ocorreu em outros países que tomaram as mesmas iniciativas.

Nada mais alentador para os defensores do porte e uso da arma de fogo que as palavras de Etchegaray (1994, p. 17), Cardeal Presidente do Pontifício Conselho de Justiça e Paz do Vaticano: "Em um mundo marcado pelo mal e pelo pecado, existe o direito à legítima defesa, por meio das armas. Esse direito pode tornar-se um dever grave para quem é o responsável pela vida dos outros, pelo bem comum da família ou da comunidade civil".

Recentemente, o Grupo VivaBR (2004) elaborou uma pesquisa sobre o desarmamento no Brasil. Entre quase 7 mil respondentes, 84% não acreditam que a proibição da venda de armas de fogo no país irá contribuir para diminuir a criminalidade, por acreditarem que marginais não compram armas nas lojas autorizadas. Em uma outra enquete, desta feita respondida por quase 12 mil pessoas, pouco mais de 16% entendem que proibir a venda e o porte de arma de fogo no país atingirá somente cidadãos honestos; 15,9% responderam que com a medida a população ficará ainda mais indefesa; quase 17% acham que os bandidos ficarão muito agradecidos, pois saberão que os cidadãos de bem estão desarmados; 14,2% apostam no aumento de vendas de armas de fogo no mercado negro e praticamente 17% dos entrevistados acham que os legisladores cometeram um verdadeiro crime contra a população brasileira. Entrevistas dirigidas a 1, 5 mil pessoas indagando como se sentem após a promulgação do Estatuto do Desarmamento, resultou em 83% respondendo sentir-se menos seguras (VIVABR, 2004).

As soluções apresentadas no Brasil passam por mais leis, mais controle, menos liberdade. Atacam somente os efeitos, nunca as causas. Se o crime é cometido com arma de fogo, simplesmente se proíbe a arma. Na Suíça, a maioria das pessoas anda armada, e a criminalidade é muito baixa. Mesmo nos Estados Unidos, os estados que permitem o porte de arma possuem as taxas mais baixas de criminalidade. Entretanto, são apenas fatos e a elite não está atrás deles nos debates calorosos.

Bandido comete assalto com arma, então veta a arma! Como se eles fossem respeitar a lei (CONSTANTINO, 2008).

Discussões à parte sobre permitir ou não a compra de armas de fogo por civis, cumpre deixar desmistificado que um cidadão armado estaria mais protegido que um desarmado durante a abordagem feita por um delinqüente armado. É sabido que na grande maioria dos casos a arma contribui para uma falsa sensação de segurança e encorajamento, comportamento que o leva à reação contra o assalto e o grande risco de perder a vida, enquanto o bandido nada tem a perder.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de se contatar com inúmeras normas penais, o Brasil ainda se destaca pelos índices de criminalidade crescentes, que preocupam e acuam a sociedade, forçando o estado a se valer do Direito como se este fosse à única salvação. Cultua-se no país a falsa crença de que a criminalidade só pode ser reduzida à custa de definições de novos tipos penais, agravamento das penas, supressão de garantias dos réus durante o processo e severidade cada vez maior na execução das sanções.

Alguns crimes são massificados e acabam gerando sensação de pânico na sociedade e inúmeras manifestações de estudiosos na busca por mais leis rigorosas. Assim é que o Brasil, além de ser um dos campeões mundiais em leis, continua sendo o país onde os índices de criminalidade aumentam vertiginosamente, sem que ninguém saiba definir o melhor caminho, embora as tentativas sejam muitas.

O Brasil não precisa de mais leis e regras que ditem o passo do cidadão nos mínimos detalhes. Há que atacar causas e não as conseqüências.

Definitivamente, a impunidade tem contribuído mais generosamente para o aumento da criminalidade no país. De nada adianta editar mais leis, já que o marginal vive à sua margem e percebe a impunidade.

A impunidade está presente no dia-a-dia do cidadão brasileiro - cada vez mais sobrecarregado de impostos e que ainda se vê na contingência de pagar segurança privada e se postar atrás de grades para se proteger da ação dos criminosos – que presencia cenas de atos corruptos praticados notadamente no meio político, raramente punidos e quando o são, resultam apenas na cassação de mandado político, quase nunca em prisão.

Como foi amplamente discutido no presente estudo, o Brasil vem passando por sérios problemas, tanto na esfera policial quanto na judicial. As polícias, na grande maioria dos estados brasileiros, estão sucateadas, seus integrantes são mal remunerados, faltam recursos para os procedimentos investigatórios e científicos, faltam recursos humanos para fazer frente a real necessidade, já que a presença policial constante é tida como a grande arma para a prevenção de crimes. Os inte-

grantes do Poder Judiciário se vêem à frente de pilhas de processos aguardando solução, por absoluta falta de maiores recursos humanos e materiais.

Enquanto isso, milhares de presos por pequenos crimes encontram-se misturados a criminosos potenciais aguardando suas sentenças que demoram anos, enquanto isso desenvolvem maior revolta e passam por verdadeira especialização no crime. O resultado são as organizações criminosas que se formaram nos presídios brasileiros e que comandam o crime do cárcere, como é desconhecimento geral da sociedade.

As soluções continuam sendo paliativas, tais como, se bandidos invadem estabelecimentos comerciais usando capacetes de motociclistas, mais prático proibir o uso do capacete no interior de qualquer estabelecimento; bandido utiliza garupa de motocicleta para cometer seqüestros relâmpagos, proíbem-se caronas em motocicletas; motoristas embriagados provocam acidentes graves nas estradas do país, proíbe qualquer teor de álcool no organismo de todos os motoristas, estando sujeitos à prisão em flagrante, mesmo que tenha apenas ingerido um cálice de vinho com os familiares em um restaurante; bandidos assaltam e matam as vítimas, proíbe-se a arma de fogo para todos.

E assim a criminalidade continua aumentando a cada ano que passa. As cadeias encontram-se muito além do seu limite e a cada dia lotam ainda mais, transformando-se em verdadeiros depósitos de presos, onde frequentemente se registram rebeliões, mortes e fugas, sem que qualquer processo de ressocialização seja colocado efetivamente em prática, objetivando o cumprimento do verdadeiro propósito da pena, que é no sentido de se tentar devolver o indivíduo ao convívio social recuperado e pronto para reintegrar-se e ser produtivo.

Na concepção de Toledo (1994, p. 5), “o delito é fenômeno social complexo que não se deixa vencer totalmente por armas exclusivamente jurídico-penal”. É necessário um esforço conjunto dos vários ramos do Estado na prevenção.

Nesse sentido, Molina e Gomes (2003) apresentam o que chamam de prevenção primária, secundária e terciária. A primária se consubstancia nas origens do delito, cuidando do delinqüente antes dele assumir tal papel; a secundária diz respeito à política legislativa penal, assim como a ação policial, política urbana e controle dos meios de comunicação; a terciária destina-se à ressocialização dos presos, com objetivo de evitar a reincidência. O maior enfoque deveria ser para a teoria da pre-

venção primária, já que esta atua nas causas originais que levam o indivíduo a praticar crimes.

O tema impunidade e criminalidade é deveras extenso e, como ficou amplamente comprovado, digno de opiniões divergentes entre estudiosos do assunto, o mesmo ocorrendo com referência ao porte e uso de arma de fogo.

De um lado, autores renomados defendem o aumento da maioria penal para menores, na expectativa de contribuir para a diminuição do índice de criminalidade; de outro, aqueles que defendem penas mais duras para criminosos, principalmente para os crimes contra a vida.

A realidade brasileira tem demonstrado, assim como várias opiniões manifestadas no presente estudo, que urge a necessidade de total reestruturação do sistema penitenciário do país, onde criminosos primários convivem com os mais perigosos e até psicopatas, um fator preponderante no se que refere à recuperação do indivíduo, já que o clima de revolta vivenciado no encarceramento é totalmente favorável à revolta e aprendizado no crime.

Acredita-se que um processo de ressocialização desenvolvido criteriosamente nas prisões brasileiras é o caminho ideal para que haja diminuição no índice de criminalidade. Entretanto, ressocialização só se torna possível a partir do momento em que as penas sejam severas e distribuídas no mesmo peso para todos os criminosos, quer tenham mais ou menos condições financeiras, já que na atualidade é sabido que acabam mesmo nas cadeias apenas aqueles menos desfavorecidos financeiramente, salvo raras exceções, já que o atual sistema legal permite a utilização de determinadas bebeses da lei em favor de alguns poucos e contra uma maioria.

As leis existem e são boas. Resta apenas que sejam cumpridas e aplicadas a todos sem exceção. Esse possivelmente seja o caminho mais curto para eliminar a impunidade.

Enquanto isso não ocorrer, mais leis, proibir a compra de armas de fogo, diminuir idade penal, entre tantas outras medidas expressadas pelos vários estudiosos referenciados não vai afetar os índices de criminalidade que tendem a continuar crescendo no país, fruto, principalmente, das diferenças sociais visíveis.

A realização de estudos voltados à ressocialização de presos e medidas possíveis para diminuir a impunidade no Brasil deverão ser contributivos para que a criminalidade seja refreada.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, J. **Manual de Direito Penitenciário**. São Paulo: Aide, 1998.

ANDRICH, M. Poucos homicídios acabam em condenação. : **Jornal o Estado do Paraná**, set. 2007. Disponível em: <<http://www.nijup.com/principal/>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO BRASIL (AMB). Violência e criminalidade no Brasil. **Revista Consultor Jurídico**, 27 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2008.

BARROS, C. S. A. **A individualização da pena na execução penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BECCARIA, C. **Dei Delitti e Delle Pene**. [Trad. de Torrieri Guimarães]. São Paulo : Ed. Martin Claret, 2004.

BIERRENBACH, F. F. da C. 2003. **Armas de fogo e cidadania**. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br>>. Acesso em: 19 set. 2008.

BITTENCOURT, C. R. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL aparece em 80º. lugar no *ranking* da corrupção. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 24 set. 2008. Seção Planeta, p. 9.

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº. 7.210, de 11 de junho de 1984. Lei de Execução Penal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1984.

_____. Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. Decreto nº. 5.123, de 1º de julho de 2004. Regulamenta a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Estatísticas oficiais sobre armas de fogo**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/saude/>>. Acesso em 19 set. 2008.

CÂNDIDO, João José. **Direito eleitoral brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Edipro, 2006

CARVALHO FILHO, L. F. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 1991.

_____. Impunidade no Brasil: Colônia e Império. In: Revista Estudos Avançados, n. 51, v. 18. São Paulo, 2004.

CONSTANTINO, R. 2004 **Medidas radicais**. Disponível em: <<http://www.midia-sem mascara.com.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

COSTA, A. M. **O Trabalho prisional e a reintegração social do detento**. Florianópolis: Insular, 1999.

CRETELLA JÚNIOR, J. **O Estado e a obrigação de indenizar**. São Paulo : Saraiva, 1980.

DAMATTA, Roberto. A média que scandaliza. **O Estado de São Paulo**, 2 set. 2007, p. A14.

DOCUMENTOS revelam ineficiência policial. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 jul. 2008, Caderno Vida e Cidadania, p. 6.

ETCHEGARAY, R. **O Comércio Internacional de Armas: Uma reflexão ética**., Petrópolis: Vozes, 1994.

FAYET JR., N. **A evolução histórica da pena criminal**. Curitiba: Juruá, 1998.

FARIA, A. C. C. O. O direito à integridade física, psíquica e moral e a pena privativa de liberdade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, a. 6, n. 22, abr. – jun. 1998.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 30. ed. Petrópolis : Editora Vozes, 2005.

FRAGOSO. H. C. **Lições de direito penal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). Referendo do Sim e do Não. **Comunicações do ISER**, n. 62, 1998. Disponível em: <<http://www.iser.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

JESUS, D. de. **Crimes de porte de arma de fogo e assemelhados**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Aumento da violência e impunidade**. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 2002.

_____. A questão do desarmamento. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 8, n. 319, 22 maio 2004.

LIMONGI, C. L. **Direitos Humanos e Execução Penal**. São Paulo: Associação Juízes para a Democracia, 2001.

LUNA, E. C. **Resultado no Direito Penal**. São Paulo: José Bushatsky, 1976.

MARCIAL, F. M. Os direitos humanos e a ética aplicada ao sistema penitenciário. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 8, n. 132, 15 nov. 2003. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/>>. Acesso em: 17 set. 2008.

MARTINS, E; *et all*. Armas na linha de tiro. **Revista Época**. n. 480, 30 jul. p.13, 2007.

MEIRELLES, L. C. S. F. Responsabilidade civil do Estado por prisão ilegal. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 9, n. 505, nov. 2004. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

MENDONÇA, R.; *et al*. Livres para matar. **Revista Veja on line**, n. 1686, 7 fev. 2001. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2008.

MILAN, Pollianna. Sistema Penitenciário: Paraná tem 7,6 mil presos à espera de julgamento. **Gazeta do Povo**, Caderno Vida e Cidadania, p. 16, 21 set. 2008.

MIOTTO, A. B. **Temas Penitenciários**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1992.

MIRABETE, J. F. **Processo Penal**. 10. ed. rev. e atual. São Paulo : Atlas, 2000.

MOLINA, A. G.-P. de; GOMES, L. F. **Criminologia**. 2. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2003.

NERY, L. Estatuto do desarmamento: um passo decisivo no combate à criminalidade e na construção da paz. **Jus Navigandi**, a. 9, n. 840, 21 out. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2008.

OKA, C.; ROPERTO, A. **Violência e criminalidade**. Informativo Institucional da Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança de São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.cotianet.com.br>>. Acesso em: 14 jul. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Marco Estratégico para Programa de Desenvolvimento do Brasil 2003/2006**. Escritório contra Drogas e Crime. Disponível em: <<http://www.unodc.org/pdf/brazil/brasil>>. Acesso Em: 21 jul. 2008.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI). **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. fev. 2007. Disponível em: <http://www.oei.org.br/mapa_da_violencia_baixa.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2008.

PEREIRA, A. D. O projeto de lei de armas de fogo. **Jus Navigandi**, a. 3, n. 33, jul. 1999. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

PEREIRA, M. Causa e efeito. **O Globo**, 4 set. 2007. Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br/>>. Acesso em 13 set. 2008.

PINHO, R. R. **História do Direito Penal brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1985

RIO DE JANEIRO. 1999. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Programa Polícia Legal. **Raio x das armas apreendidas no Estado do Rio de Janeiro e utilizadas em homicídios e latrocínios**. Disponível em: <<http://www.delegacialegal.rj.gov.br/>>. Acesso em: 19 set. 2008.

RODRIGUES, F. R. F. **Desproporção entre delitos e penas**. Disponível em: <<http://www.flaviafarias.net/paginas/desproporcao.htm>>. Acesso em: 10 set. 2008.

ROSENFELD, R. Declínio da criminalidade. **Scientific American Brasil**, n. 23, abr. 2004. Disponível em: <<http://www.geocities.com/>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

RUDNICKI, D. Prisão, Direito Penal e respeito pelos Direitos Humanos. IN: SANTOS, J. V. T. [org.]. **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Editora Hucitech, 1999.

SILVA, P. R. da. **Penitenciariismo x Reabilitação Penitenciária: uma realidade social**. Tese (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade de São Paulo, 2000.

TEIXEIRA, J. L. V. Liberdade para as armas. **Revista Consultor Jurídico**. 13 dez. 2004. Disponível em: <<http://conjur.estadao.com.br/static/text/31795,1>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

TOLEDO, Francisco Assis de. **Princípios Básicos de Direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

TOURINHO FILHO, F. C. **Código de processo penal comentado**. 4. ed. v. 1, 2. São Paulo : Saraiva, 1999.

TREVISAN, E. L. Penas para crimes sexuais terão maior rigor. **JurisWay**. 3 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

VERRI, P. **Observações sobre a tortura**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VIVABR. **Enquete sobre o desarmamento**. 2004. Disponível em: <<http://www.tirocerto.homestead.com>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

WAUTERS, E. **A reinserção social pelo trabalho**. 2003. 48 f. Monografia (Pós Graduação em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 4. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.